



PLANO PLURIANUAL 2016/2019

INDICAÇÕES DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REGIÃO FUNCIONAL 2 – COREDES VALE DO RIO PARDO E VALE DO TAQUARI.

1. Aspectos preliminares

- 1.1. **Importância da participação social na gestão pública.** Os 24 anos de existência dos Coredes na promoção do desenvolvimento das regiões do estado atestam a importância da participação da sociedade na definição de políticas públicas e na elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão das administrações públicas, em especial os planos plurianuais e os orçamentos anuais, tanto na esfera municipal como estadual e também na esfera federal. Neste sentido, os Coredes parabenizam o Governo Estadual por compartilhar com a sociedade o processo de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, pois entendemos, que ainda que uma exigência constitucional, esse compartilhamento é fundamental para avançarmos na consolidação de uma democracia participativa e semidireta.
- 1.2. **Continuidade da realização das Consultas Populares.** Os Coredes entendem que a Consulta Popular já é uma verdadeira instituição sociopolítica do estado do Rio Grande do Sul, que em 2015 vai atingir a sua maioria, pois será a 18ª Consulta desde 1998. A manutenção da Consulta é essencial pelo seu papel educativo para a cidadania. Neste sentido os Coredes são parceiros para adequar aspectos na metodologia e nos valores disponibilizados, sem, no entanto, abrirem mão de sua meta histórica de atingir o montante de 2% do orçamento do estado.
- 1.3. **O passivo das Consultas Populares.** Os Coredes não abrem mão do passivo acumulado nas Consultas anteriores – da ordem de 400 milhões no âmbito do estado. Os Coredes são sensíveis aos problemas financeiros e orçamentários do estado, e nesse sentido são parceiros para estudar alternativas de cumprimento dos passivos em prazos dilatados. No entanto, entendem que a prioridade primeira é a abertura do orçamento 2015, viabilizando que as regiões comecem a elaborar os projetos necessários para operacionalizar a execução das demandas votadas na

CP de 2014 e incluídas no orçamento 2015, valores, aliás, que não estão incluídos no passivo.

- 1.4. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Os Coredes juntamente com o governo estadual e outros segmentos da sociedade gaúcha tiveram um papel importante em 2012 e 2013 por ocasião da realização das conferências estaduais, macrorregionais e nacional de Desenvolvimento Regional. O projeto de lei da nova política nacional de desenvolvimento regional encontra-se na Casa Civil em vias de ser encaminhada ao Congresso Nacional. Os Coredes enfatizam a necessidade do apoio do executivo estadual e das bancadas gaúchas junto ao Congresso Nacional para agilizar o encaminhamento do projeto de lei ao Congresso e a sua apreciação nas casas parlamentares.
- 1.5. **Revisão do Pacto Federativo.** Os Coredes defendem a redefinição do pacto federativo brasileiro, que adote uma visão de cooperação entre os entes da federação, que amplie a participação dos municípios e do estado na divisão do bolo tributário, e que viabilize uma política integrada de desenvolvimento regional. Da mesma forma entendem que o pacto federativo deve compatibilizar o princípio da autonomia com o de interdependência entre os entes federativos, possibilitando uma ação mais entrelaçada das esferas de governo, sendo necessário para isso uma definição mais clara dos papéis de coordenação e indução do Governo Federal e dos estados.
- 1.6. **Reforma Política.** Os Coredes defendem a necessidade urgente de uma reforma política no país que, entre outros aspectos, acabe com o financiamento privado de empresas, por entenderem que este financiamento é um dos principais fatores da corrupção existente no país.

DIMENSÃO ECONÔMICA

AÇÃO 1: Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do RS:

Promover programas de desenvolvimento territorial, enfatizando as particularidades da região funcional 2, a agricultura familiar, a cadeia produtiva dos alimentos, as formas cooperadas e associativas de empreender, priorizando os municípios economicamente deprimidos.

AÇÃO 2: Estimular a diversificação e o crescimento da indústria do RS:

Apoiar as iniciativas que promovam a agregação de valor e investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, na produção de alimentos e reuso de resíduos dos setores primário e secundário.

AÇÃO 3: Fortalecer a agricultura familiar, o cooperativismo e o agronegócio:

Promover e consolidar a diversificação produtiva da agricultura familiar, agregando valor ao produto, implementando programas e projetos de gestão que visem sucessão familiar e regularização das atividades produtivas.

AÇÃO 4: Criar condições para o desenvolvimento sustentável do turismo:

Promover investimentos, identificar fontes de financiamento e viabilizar parcerias para o turismo regional, considerando os aspectos de infraestrutura, qualificação, material de divulgação e sinalização turística.

AÇÃO 5: Incentivar as micro e pequenas empresas, o comércio, os serviços, o terceiro setor e o empreendedorismo:

Estimular via programas/assessorias/redes de cooperação para a gestão das micro e pequenas empresas, bem como viabilizar áreas industriais para empresas desse perfil.

AÇÃO 6: Promover a qualificação do capital humano, as políticas de inovação e o desenvolvimento tecnológico:

Ampliar e consolidar os Parques Tecnológicos Regionais, Polos Tecnológicos e Centros Vocacionais.

DIMENSÃO SOCIAL

AÇÃO 1: Melhorar o acesso e a qualidade na prevenção e promoção da saúde:

Ampliar a Regionalização da Saúde com foco na descentralização, priorizando as microrregiões e atendimento em diferentes especialidades e complexidades, bem como qualificar os profissionais que atuam nesta área.

AÇÃO 2: Conquistar um novo patamar de qualidade educacional, gerando oportunidades para todos:

Ampliar o atendimento em turno integral nas escolas estaduais, dando condições de infraestrutura e recursos humanos para atenção às crianças e adolescentes, bem como, programas voltado para o meio rural.

AÇÃO 3: Fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade:

Prover e capacitar os recursos humano, qualificando estrutura de atendimento dos órgãos de segurança,

AÇÃO 4: Fortalecer e ampliar políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e à diversidade:

Desenvolver projetos que visem à inserção/inclusão e assistência social à crianças, jovens, deficientes, idosos e mulheres que sofrem de violência doméstica.

AÇÃO 5: Preservar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer:

Qualificar profissionais e oferecer infraestrutura que possibilite a diversificação de atividades de recreação, culturais e esportivas.

DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA E AMBIENTE

AÇÃO 1: Otimizar os procedimentos para uso adequado dos recursos naturais:

Promover programas/projetos/ações de infraestrutura, de inovação e tecnologias para tratamento e melhor aproveitamento dos dejetos orgânicos, resíduos sólidos, bem como, promover a valorização das iniciativas de sustentabilidade ambiental.

AÇÃO 2: Fortalecer sistema multimodal de transporte de pessoas e cargos:

Promover a qualificação da logística regional visando à melhor exploração das potencialidades dos transportes rodoviário, ferroviário, fluvial e aeroviário disponíveis.

AÇÃO 3: Ampliar e garantir a qualificação dos serviços de telecomunicações e energia:

Promover a implementação de programas e projetos que possibilitem o acesso de todos os municípios às tecnologias da informação, em se tratando de telefonia fixa, móvel e internet e qualificação de energia elétrica, distribuição e geração.

AÇÃO 4: Garantir a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de esgotos e de resíduos sólidos:

Promover a implantação de sistemas e/ou programas para saneamento (destinação de lixo, tratamento de esgotos, resíduos e água).

DIMENSÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO

AÇÃO 1: Dar agilidade à gestão pública, com foco na melhoria da prestação de serviços:

Promover a compatibilização das regionalizações administrativas do Estado.

AÇÃO 2: Valorizar e capacitar os servidores públicos do RS:

Promover a qualificação e capacitação dos servidores públicos, bem como, implantação e consolidação dos planos.

AÇÃO 3: Assegurar a eficiência na gestão das contas públicas:

Ampliar e promover mecanismos e agências de regulação e fiscalização dos serviços públicos.

AÇÃO 4: Garantir a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos:

Criar e ampliar os processos e as ferramentas de participação social.